



8.ª COMISSÃO PERMANENTE – TRANSPORTES, MOBILIDADE E SEGURANÇA

Relatório sobre a Petição nº 22/2020

«Por uma Universidade Segura»

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
II. CONSIDERANDOS	3
1. Conteúdo da Petição	3
2. Enquadramento.....	4
3. Diligências efetuadas no âmbito da 8.ª Comissão Permanente	5
3.1. Audição do representante dos Peticionários	5
3.2. Audição dos Presidentes das Juntas de Freguesias Ajuda e de Alvalade	9
3.3. Audição do Superintendente Domingues Antunes, em representação do Comandante do Cometlis.....	11
3.4. Audição do Reitor da UL.....	12
3.5. Audição do Vice-Presidente João Paulo Saraiva e do Vereador Miguel Gaspar.....	14
III. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR.....	17
IV. CONCLUSÕES	17
V. RECOMENDAÇÕES	19

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 85.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) em vigor, deu entrada, a 18 de novembro de 2020, na AML, uma petição coletiva subscrita por 563 (quinhentos e sessenta e três) cidadãos, tendo como epígrafe «Por uma Universidade Segura»¹.

Considerando o teor da Petição nº 22/2020, o Presidente da AML, José Maximiano Leitão, por despacho datado de 19 de novembro de 2020, determinou o seu encaminhamento para a 8.ª Comissão Permanente, a fim de, após a respetiva audição dos peticionários, ser apreciada e consequentemente elaborado relatório, pelo que cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML em vigor².

II. CONSIDERANDOS

1. Conteúdo da Petição

A presente petição, submetida à AML pela Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL), expressa a apreensão dos signatários perante o clima de insegurança que afirmam sentir nos Campus Universitários da Universidade de Lisboa, mais especificamente no Campus da Cidade Universitária e no Campus da Ajuda.

Enunciam que se verifica um aumento do número de crimes cometidos contra estudantes nestas áreas universitárias, alguns com contornos violentos, perpetrados por indivíduos sem ligação ao meio universitário.

Apontam como principais causas das ocorrências, a escassa iluminação e a falta de vigilância nos acessos pedonais, permitindo que indivíduos estranhos aos campus atuem impunemente, provocando um sentimento de insegurança na comunidade universitária.

Defendem a instalação de sistemas de videovigilância, por considerarem que a sua presença é indutora de um sentimento de segurança na comunidade e pelo efeito dissuasor da prática

¹ Anexo 1 ao presente Relatório, do qual faz parte integrante.

² Aprovado pela Deliberação n.º 310/AML/2018, de 12 de julho, publicada no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1274, de 19 de julho de 2018, e alterado pela Deliberação n.º 404/AML/2019, de 29 de outubro, publicada no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1343, de 14 de novembro de 2019. Daqui em diante designado apenas por Regimento.

de crimes, devido à observação conjunta dos meios de videovigilância e de possíveis testemunhas.

Face ao exposto, os peticionários requerem:

- a) A instalação de um sistema de videovigilância nos Campus da Universidade de Lisboa a fim de garantir a proteção e segurança dos estudantes;
- b) O reforço imediato da iluminação pública nos locais previamente assinalados, de forma a mitigar a insegurança, não só dos estudantes, mas também da população;
- c) Uma maior mobilização e reforço das forças de segurança em ambas as áreas, diminuindo a probabilidade da ocorrência de atos criminosos.

2. Enquadramento

A presente Petição é acompanhada por um diagnóstico detalhado das questões de segurança identificadas no Campus da Cidade Universitária e no Campus da Ajuda.

Consideram que o homicídio de um jovem no Campo Grande, em dezembro de 2019, não se traduziu num incremento significativo da segurança.

Enumeram um conjunto de ocorrências que precederam este crime e defendem que a implementação de meios de videovigilância e o reforço da iluminação pública possibilitarão o decréscimo da criminalidade nos campus da Universidade de Lisboa (UL).

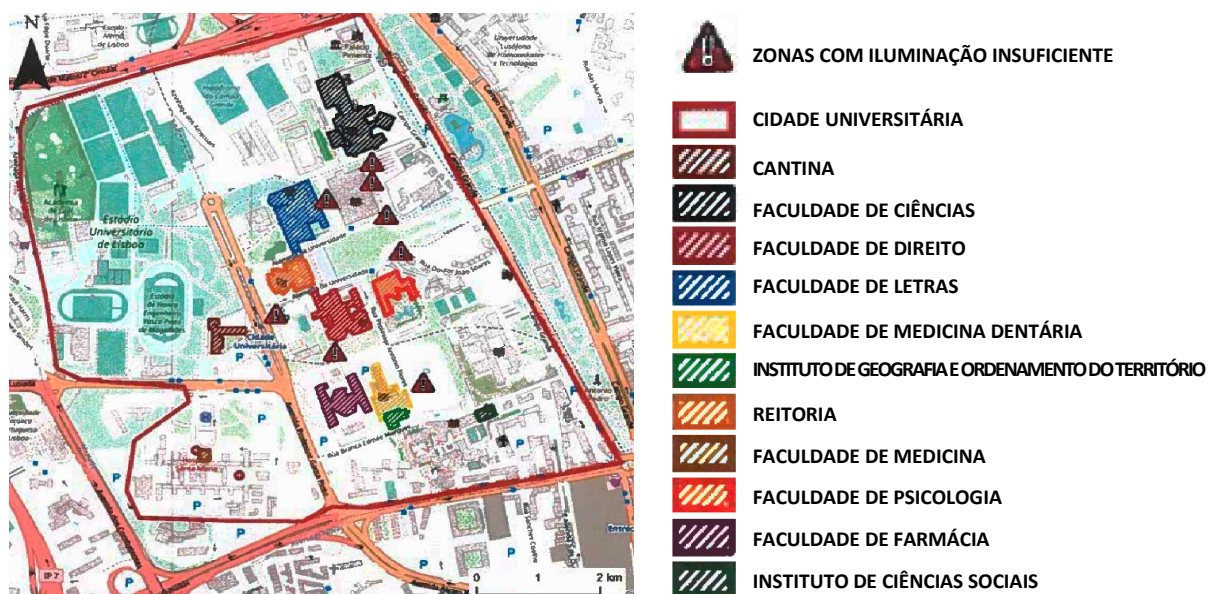


Fig.1 – Diagnóstico da Rede de Iluminação Pública do Campus da Cidade Universitária.



Fig.2 – Diagnóstico da Rede de Iluminação Pública do Campus da Ajuda.

3. Diligências efetuadas no âmbito da 8.ª Comissão Permanente

Considerou a 8.ª Comissão Permanente ser necessário e vantajoso proceder à audição das partes intervenientes no processo, por forma a reunir a informação para a redação do presente relatório.

Para a elaboração deste relatório foram consideradas as audições do representante dos peticionários, do **Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda**, do **Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade**, do **Reitor da UL**, do **Vice-Presidente João Paulo Saraiva** e do **Vereador Miguel Gaspar**.

3.1. Audição do representante dos Peticionários

A audição do representante dos peticionários **Hélder de Sousa Semedo**, Presidente da Direção-Geral da **Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL)**, realizou-se no dia 16 de dezembro de 2020, no âmbito dos trabalhos da 126.ª reunião da 8.ª Comissão Permanente.

O **Peticionário Hélder Semedo** referiu que a AAUL participou, a convite do **Presidente da Assembleia Municipal**, no último debate do estado da cidade, no qual evidenciou os problemas da segurança que afetam os campus da UL.

Afirmou que as associações de estudantes têm manifestado a sua preocupação relativamente à questão da falta de segurança destas zonas. Salientou que a Universidade é um espaço aberto para o mundo e como tal permeável aos problemas de segurança da cidade.

Comunicou que os locais identificados no diagnóstico que acompanha a petição, advêm dos inquéritos que foram realizados pela associação aos vários estudantes.

Declarou que a falta de iluminação de muitas dessas áreas também contribui para este problema, nalguns casos por esta ser insuficiente ou mesmo inexistente, noutros por estar tapada pela vegetação. Deu como exemplo a Torre do Tombo, onde toda a iluminação existente se encontra tapada por árvores de grande porte.

Evidenciou que, devido à insuficiente iluminação, existem locais de *cruising*, onde indivíduos alheios à Universidade se dedicam a práticas antissociais, assediando os estudantes. Afirmou que a Associação tem também relatos de assaltos que ocorrem nestas zonas.

Disse considerar o sistema de videovigilância um bom mecanismo para solucionar esta situação e deu como exemplo o Bairro Alto, onde o índice de criminalidade diminuiu significativamente após a instalação do mesmo.

Acrescentou que o problema tem duas componentes distintas, a questão efetiva de segurança e o sentimento de insegurança sentido pela comunidade universitária.

Deu nota de que a Cidade Universitária tem dois locais de estudo que, em tempos normais, funcionam 24 horas por dia, nomeadamente a Faculdade de Direito e o Centro Académico Caleidoscópico (onde se localiza a sede da Associação Académica), o que ajuda a explicar a preponderância de furtos e roubos nessas áreas.

Relembrou o homicídio, em dezembro de 2019, de um colega da Faculdade de Ciências. Sublinhou a celeridade do processo, pois os delinquentes foram acusados e já estão a cumprir pena de prisão.

Declarou que a UL apresentou em 2017 o plano de instalação de câmaras e identificou os pontos mais inseguros da Cidade Universitária e dos outros Campus da UL, estando o projeto desde 2017 a aguardar a respetiva viabilização.

Afirmou ter tido conhecimento que a AML aprovou em janeiro de 2020 uma moção³, exatamente para resolver este tipo de questões, e foi por isso que consideraram a Assembleia o espaço adequado para trazer este assunto para o debate.

O **Deputado Francisco Domingues** usou da palavra pedindo ao **Peticionário** que manifestasse a sua opinião sobre uma eventual implementação de uma carreira de autocarros por parte da Carris; esta carreira circularia pelo interior e exterior do Campus da Cidade Universitária, junto a todos os estabelecimentos de ensino superior, públicos ou privados, existentes na Cidade Universitária, Campo Grande e Hospital de Santa Maria.

Categorizou-a como uma carreira de bairro, com autocarros de capacidade reduzida que transportassem os alunos, funcionários e professores para outros meios de transporte.

³ Moção n.º 96/AML/2020 (CDS-PP) «Garantir mais segurança a Lisboa», publicada no 2º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1353, de 23 de janeiro.

O **Peticionário Helder Semedo** reconheceu que a Carris apenas circula na Alameda da Universidade e na Rua Professor Gama Pinto.

Considerou positiva a proposta de criação de uma carreira de autocarro afeta à Cidade Universitária, dado que, ao distribuir os seus utentes por várias áreas, possibilitaria uma mais abrangente supervisão dos espaços. Acrescentou que há muitos anos que as associações de estudantes reivindicam o reforço de autocarros, quer para esta zona, quer também para a Ajuda.

Salientou que os estudantes do Instituto Superior de Agronomia (ISA) reclamam a existência de uma carreira interna, dadas as distâncias que têm de percorrer entre os diversos espaços letivos.

Referindo-se à falta de iluminação no parque de estacionamento junto ao ISCTE, atualmente sob gestão da EMEL, declarou estar previsto no local a construção de um complexo de residências para estudantes.

Informou que os representantes da AAUL evidenciaram estes problemas numa reunião, realizada recentemente no gabinete do **Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML)**. Nessa reunião, foi-lhes dito que o executivo estava sensibilizado para todas as questões que resultam da sua competência, algumas das quais já estavam a ser estudadas. O **Peticionário** adiantou que ficou acordada nova reunião no mês seguinte, para o gabinete dar mais informações sobre as questões apresentadas.

Declarou que, em janeiro de 2020, a AAUL acompanhou o **Reitor** e o **Presidente da CML** numa visita efetuada à Cidade Universitária, onde puderam verificar que foi efetuada uma intervenção na rede de iluminação pública em algumas áreas do campus. Considerou, ainda assim, que esse reforço não foi suficiente.

Acrescentou que as paragens dos transportes públicos no Polo da Ajuda também não se encontram devidamente iluminadas. Informou que a Universidade prevê o reforço desta iluminação até fevereiro de 2021.

O **Deputado Gabriel Batista Fernandes (CDS)** perguntou ao **Peticionário** se tinha ocorrido uma melhoria significativa na segurança na Cidade Universitária depois da morte do jovem estudante.

O **Peticionário** respondeu que houve apenas uma melhoria pontual. Referiu o atropelamento de um outro jovem, ocorrido em frente à Faculdade de Letras em janeiro de 2020, no qual o estudante permaneceu 3 horas inanimado na via pública até lhe ser prestado auxílio. Afirmou acreditar que, com a videovigilância e um efetivo policiamento de proximidade, o jovem teria sido rapidamente socorrido.

Salientou que a maioria dos processos decorrentes das participações efetuadas à Polícia de Segurança Pública (PSP) pelos estudantes, enquanto vítimas de roubos ou furtos, acabam arquivados pelo Ministério Público por falta da prova necessária.

Acrescentou que, perante esta realidade, outros jovens simplesmente não apresentam queixa porque consideram que se trata de um esforço inútil.

Reiterou que a AAUL está empenhada na instalação da videovigilância como monitorização do espaço público. Sublinhou que, em 2017, foi a associação em conjunto com a Reitoria da UL que apresentaram o projeto à PSP.

Reforçou que os problemas de segurança nos Campus da UL, já foram apresentados pela AAUL junto da AML, da CML, da Provedoria de Justiça, da Assembleia da República, do Ministro do Ensino Superior e do Ministro da Administração Interna.

Disse que o **Professor António Cruz Serra, Reitor da UL**, tem desenvolvido todos os esforços para concretizar a instalação do sistema de videovigilância no espaço público; deu nota de que se aguarda a viabilização dessa instalação por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

Declarou que considera o policiamento da PSP, efetuado na Cidade Universitária, insuficiente relativamente à dimensão do Campus; reconhece, no entanto, o empenho dos agentes da 18ª Esquadra para estarem mais presentes no local, tendo o Chefe desta esquadra solicitado junto do Cometlis o reforço de novos elementos.

Adiantou ter conhecimento que o Ministério da Administração Interna (MAI) se tinha comprometido a estudar a celebração de um contrato local de segurança para esta área específica.

Comunicou que a Junta de Freguesia de Alvalade tem contribuído ativamente no incremento da segurança, tendo efetuado nas áreas verdes os trabalhos de desbaste da vegetação mais densa. Salientou que a Junta adquiriu dois motociclos e uma viatura para a PSP, para policiamento na Cidade Universitária.

Referindo-se à Cidade Universitária frisou que a gestão dos espaços exteriores é partilhada entre os órgãos autárquicos e a UL. Afirmou que a UL não tem cumprido com o programa outorgado, alegando que não tem responsabilidades na área do ambiente.

O **Deputado Manuel Lage (PS)** questionou o **Peticionário** sobre a construção da referida residência para estudantes, prevista para a Cidade Universitária no atual parque de estacionamento da EMEL.

O **Peticionário** declarou que a AAUL, desde o primeiro momento, apoiou a decisão de construção dessa residência na Cidade Universitária. Relativamente à conseqüente desativação daquele parque de estacionamento, referiu que a associação académica se encontra alinhada com a Câmara na promoção das mobilidades pedonais, em detrimento da viatura pessoal.

Relembrou aos deputados a intervenção efetuada em 2013, no espaço junto à Reitoria, que converteu o parque de estacionamento na praça que hoje conhecemos.

Salientou que a Cidade Universitária não tem falta de transportes públicos, mas deveria ser estudada a realoção das paragens. Concluiu dizendo que considera importante para a mobilidade dos estudantes a ativação das docas para bicicletas da Gira que atualmente se encontram encerradas na Cidade Universitária.

3.2. Audição dos Presidentes das Juntas de Freguesias Ajuda e de Alvalade

A audição do **Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda Jorge Marques** e do **Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade José António Borges**, realizou-se no dia 8 de janeiro de 2021, no âmbito dos trabalhos da 131.ª reunião da 8.ª Comissão Permanente.

O **Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda** afirmou a sua discordância sobre o modo como é apresentada na petição a questão da segurança no Polo da Ajuda.

Salientou que o seu conhecimento do território, dos cidadãos e das instituições da freguesia, contraria o diagnóstico apresentado na petição; existem problemas relacionados com segurança na comunidade, mas não existem relatos de crimes graves e violentos como os que são mencionados.

Deu nota que a questão da segurança é uma matéria sensível, não se podendo caracterizar do mesmo modo dois territórios distintos.

Informou os deputados que a Junta de Freguesia tem reunido com as associações de estudantes e com as associações de moradores, reconhecendo que existem problemas.

Comunicou que têm sido promovidos laboratórios de segurança, no âmbito de um programa relacionado com o **Bipzip**. Referiu que a Junta de Freguesia promove a aproximação da população à PSP e à Polícia Municipal, através de reuniões regulares.

Declarou que o problema do Polo Universitário da Ajuda é de natureza urbanística, pela escala, isolamento e monofuncionalidade do espaço onde se insere. Disse considerar importante alterar este modelo urbano, com a introdução de habitação, serviços e comércio, à semelhança da zona consolidada mais próxima.

Destacou o trabalho desenvolvido entre a Junta e a Câmara e informou que, no âmbito do programa **Renda Acessível**, se encontra previsto para aquela zona um edifício habitacional. Afirmou que se trata de uma intervenção que contribuirá para a coesão, qualificação e maior segurança daquela área da cidade.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade** reconheceu que existem algumas situações de insegurança na Cidade Universitária, mas disse acreditar que a sensação de insegurança se sobrepõe à factualidade. Por esse motivo, não considera que a situação seja tão alarmante como a descrita na petição.

Partilhou com a comissão alguns dos problemas que considera imperativo solucionar e apresentou algumas das ações já desenvolvidas para o efeito.

Afirmou que o problema de iluminação pública, bem como a desorganização da rede de circulação pedonal, resulta do facto de existir uma gestão tripartida do espaço da Cidade Universitária.

Salientou que a sobreposição de competências, aliada à falta de coordenação, condicionam a gestão do território e impedem a resolução dos problemas.

Comunicou que a Junta de Freguesia de Alvalade se predispôs a fazer essa gestão do território, sobretudo nas partes comuns, em termos de higiene urbana, pavimentação e iluminação pública, pretensão essa que não se concretizou.

O **Deputado António Prôa** (PSD) questionou o **Presidente José Borges** sobre as competências da Junta de Freguesia de Alvalade nas questões de segurança na Cidade Universitária.

O **Presidente** informou que a única competência que a Junta de Freguesia no Campus é a manutenção do relvado da Alameda da Universidade.

Sobre a questão da videovigilância, disse ter tido conhecimento de que foi aprovada em dezembro a instalação do sistema nalgumas zonas da cidade, mas que a Cidade Universitária não foi contemplada.

Declarou que existe o entendimento de que as situações de insegurança não são provocadas por alunos, mas por pessoas externas que ali encontram um sítio propício a alguma criminalidade (regra geral pequena criminalidade).

Afirmou que existem outros motivos que concorrem para que tal aconteça, para além dos referidos.

Salientou que, um desses motivos é a existência de locais que vendem álcool barato nas imediações da Cidade Universitária, nomeadamente no bar, denominado Minicampus, colocado à concessão pela Faculdade de Ciências. Informou que já tinha falado com o Diretor da Faculdade sobre este assunto, o qual reconheceu que havia necessidade de alterar o tipo de exploração daquele bar.

Deu nota de que esta Junta de Freguesia renovou um protocolo com a PSP, no âmbito do policiamento de proximidade, que abrange a Cidade Universitária. Referiu que, para o efeito, foram cedidos pela Junta à PSP uma viatura elétrica e dois motociclos. Afirmou que os agentes da 18ª Esquadra têm sido aliados importantes na prevenção e no combate à criminalidade.

Apontou o trabalho efetuado com a AAUL e sublinhou que a maior parte destes estudantes se encontra alojada na freguesia de Alvalade.

3.3. Audição do Superintendente Domingues Antunes, em representação do Comandante do Cometlis

A fim de serem prestados esclarecimentos sobre vários assuntos, onde se inclui a petição em análise, foi promovida no dia 28 de janeiro de 2021, em sede da 134.ª reunião da 8.ª Comissão Permanente, a audição do **Superintendente Domingues Antunes, Chefe da Área de Operações**, em representação do **Comandante do Comando Metropolitano de Lisboa (Cometlis)**.

Relativamente à petição 22/2020, o **Superintendente Domingues Antunes** começou por referir a origem do programa **Universidade Segura**, impulsionado pela PSP em Lisboa, projeto concebido à semelhança do programa **Escola Segura**, mas direcionado para a comunidade universitária.

Informou que o programa foi implementado através de parcerias, nomeadamente com a Reitoria da UL, possibilitando a realização de ações formativas junto dos estabelecimentos do ensino superior e a recolha de informação para corresponder às expectativas dos estudantes.

Deu nota de que os estudantes, sobretudo os de Erasmus, não tinham uma proximidade com a polícia. Transmitiu que, atualmente, a PSP tem reuniões com as universidades, em particular com a UL, e com as associações académicas, nas quais os estudantes sinalizam os seus problemas.

Afirmou que na estrutura da PSP existem equipas dedicadas e exclusivas a esta matéria, permitindo um corredor de comunicação permanente.

Salientou o facto de que a instalação de um sistema de videovigilância, além de carecer de pareceres por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), implica um grande investimento por parte da Reitoria.

Declarou que, da parte da Reitoria da UL, há todo o empenho na aquisição dos meios técnicos necessários à instalação deste sistema.

O **Deputado Miguel Santos (PAN)** questionou o Superintendente sobre o modo como é feito o patrulhamento nos campus universitários.

O **Superintendente** informou que a Reitoria possui um *gratificado* permanente para manter uma patrulha dupla a partir das 17:00 h; existe também um policiamento permanente da Universidade Segura e, esporadicamente, das patrulhas a cavalo da GNR.

Relativamente ao Polo da Ajuda, referiu a complexidade da malha urbana e social onde está inserido, o que se repercute no sentimento de insegurança da comunidade universitária. No entanto, reiterou que existe uma presença permanente e assídua da PSP no local.

Afirmou que uma gestão urbanística eficaz tem reflexos evidentes nas questões de segurança da cidade. Apontou, como exemplo, o desbaste de vegetação efetuado em frente à Universidade Lusófona; ao tornarem a mancha verde mais aberta e transparente, esta

intervenção passou a permitir uma vigilância espontânea dos espaços, afastando daquela zona indivíduos mal-intencionados.

O **Deputado João Valente Pires** (PS) questionou o Superintendente relativamente à implementação da vídeo-segurança na cidade universitária.

O **Superintendente** reconheceu a falta de celeridade do processo. Sublinhou a importância da tecnologia, nomeadamente dos sistemas de videovigilância enquanto instrumento de prevenção criminal, permitindo uma melhor gestão dos recursos públicos.

Confirmou que, efetivamente, a investigação do homicídio do jovem estudante no Campo Grande, em dezembro de 2019, assentou no cruzamento da georreferenciação temporal dos indivíduos, obtida através dos telemóveis, e no varrimento dos sistemas de videovigilância.

Relativamente aos horários do policiamento no Polo da Ajuda, declarou que o programa da Universidade Segura coincide com o horário letivo da mesma.

Questionado sobre a proposta de criação de uma carreira de autocarros por parte da CARRIS, do tipo "carreira de bairro", que percorreria todo o Campus da Cidade Universitária, bem como a zona do Campo Grande (sendo dessa forma também útil aos alunos da Universidade Lusófona) e do Hospital de Santa Maria / Estádio Universitário, o Superintendente Domingues Antunes informou que, no seu entendimento, a mesma iria contribuir para a melhoria da mobilidade dos alunos bem como para o aumento do sentimento de segurança, considerando esta proposta como positiva.

Questionado pelos deputados sobre a existência de *remunerados* na PSP, disse lamentar que os profissionais da PSP tenham de recorrer a este procedimento como complemento salarial, e que a segurança dos cidadãos devia ser uma responsabilidade integral do estado.

Relativamente a este *remunerado* em concreto, explicou que foi contratado para garantir a integridade no edifício da Reitoria durante o período noturno.

Afirmou que os elementos policiais afetos aos serviços administrativos, passaram também a integrar as patrulhas, reforçando a segurança na cidade.

3.4. Audição do Reitor da UL

A fim de serem prestados esclarecimentos sobre a petição em análise, foi promovida no dia 3 de fevereiro de 2021, em sede da 136.ª reunião da 8.ª Comissão Permanente, a audição do **Professor Catedrático António Manuel da Cruz Serra, Reitor da UL (UL)**,

O **Professor Manuel da Cruz Serra** começou por afirmar que a questão da segurança é um tema que o preocupa desde o início das suas funções como **Reitor**, e salientou que a universidade tem pugnado pela melhoria dessas mesmas condições.

No entanto, declarou não considerar a existência de um problema específico de segurança no Campus Universitário, relativamente ao que acontece na cidade em geral. Informou que a UL

gasta cerca de 5 milhões de euros por ano em contratação pública, relacionada com a segurança, e sublinhou que este esforço financeiro é uma questão vital para o funcionamento da Universidade.

Acrescentou que a questão da segurança no Campus Universitário passa, também, por outro tipo de investimentos, nomeadamente na iluminação e tratamento dos espaços públicos exteriores, como nas intervenções realizadas junto à Reitoria, em 2013.

Comunicou que a Universidade paga anualmente 80 000 € à PSP, para segurança do Campus da Cidade Universitária durante o período noturno, recorrendo ao processo designado como *gratificado*. Deste modo, viabiliza-se a existência contínua de rondas no campus, a partir do pôr-do-sol até de madrugada. Deu nota que, atualmente, existe também o reforço que resulta do programa Escola Segura, no qual um carro-patrolha circula pela zona.

Informou que houve um reforço da iluminação pública por parte da Câmara Municipal de Lisboa, na Rua Professor António Flores e na Alameda da Universidade, assegurando melhores condições de visibilidade e segurança naquelas vias.

Expressou a sua apreensão, por estar há mais de 6 meses à espera de uma decisão sobre a possibilidade de instalação do sistema de videovigilância, no Campus da Cidade Universitária. Descreveu o processo, desde a elaboração do projeto ao seu envio ao MAI, e afirmou que o projeto consistia na instalação, ao longo do Campus, de cerca de 15 câmaras de vídeo e na ligação do sistema diretamente à PSP.

Elucidou que o projeto foi feito em conjunto com a PSP, tendo sido esta entidade a definir os pontos de colocação das câmaras; o número de câmaras resultou da otimização do projeto e do *know-how* dos intervenientes.

Sublinhou que a universidade suportará a despesa de instalação deste conjunto de câmaras, tendo alocado para o efeito uma verba de 120 000 € que, de acordo com a sua estimativa, seria mais do que suficiente para se poder fazer face a esta necessidade.

Questionado pelos deputados sobre o horizonte temporal para a instalação do sistema de videovigilância o **Reitor** adiantou que, assim que tiver comunicação da aprovação do projeto, incluindo o concurso público e a instalação do sistema, perspetiva 4 a 4,5 meses até a Universidade ter o sistema a funcionar em pleno.

Relativamente ao funcionamento do bar concessionado pela Faculdade de Ciências, o qual disponibiliza bebidas alcoólicas a preços módicos⁴. O **Reitor** informou que a autonomia das faculdades, equiparadas a institutos públicos, se sobrepõe às competências do **Reitor**, conferindo-lhes capacidade de decisão sobre estas matérias.

⁴ Informação avançada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade em sede de audição, conforme 3.2 do cap. II do presente relatório.

Avançou, no entanto, que a Direção da Faculdade de Ciências está alinhada com a necessidade de alterar as condições de funcionamento do bar, assim que cessar o contrato de concessão.

Apesar de considerar que atualmente, do ponto de vista da segurança, o campus está bastante melhor, transmitiu a sua preocupação nesta matéria. Sublinhou que há sempre muito para fazer e que a UL, com receitas próprias e sem nenhuma verba do orçamento de estado, está a intervir na antiga Cantina 2, convertendo-a numa residência para estudantes, e na Faculdade de Farmácia, ampliando as suas instalações.

Referiu ainda que se encontra em concurso público uma residência com capacidade para 300 estudantes, a construir no parque de estacionamento, que até agora tem sido gerido pela EMEL.

O **Deputado João Valente** Pires (PS) questionou o **Professor Manuel da Cruz Serra** relativamente à instalação de um sistema de videovigilância no exterior da Cidade Universitária, mais concretamente no jardim do Campo Grande.

O **Reitor** declarou não ter qualquer dúvida em responder afirmativamente a esta proposta, apesar de considerar que se trata de uma decisão da Câmara.

Relativamente à eventual criação de uma carreira da Carris na Cidade Universitária, afirmou que a UL colaborará com tudo o que entenderem estar ao seu alcance para a sua implementação. No entanto, sublinhou que seria importante que essa carreira estabelecesse a ligação entre os campus da UL, o Polo da Ajuda, o Campus da Cidade Universitária e Instituto Superior Técnico.

Referiu ainda a eventual possibilidade de ligação ao ISEG e à Faculdade de Belas Artes. Informou que, um dos projetos da universidade, consiste em garantir aos estudantes uma formação abrangente, possibilitando-lhes a frequência de aulas de diferentes áreas do saber. Deste modo, seria uma grande ajuda para este trabalho, possibilitar aos 50 000 alunos da UL a deslocação entre os diferentes campus.

Afirmou que a UL tem uma parte da responsabilidade na formação das futuras elites do país, pelo que disse considerar essencial a colaboração com as outras instituições da cidade.

3.5. Audição do Vice-Presidente João Paulo Saraiva e do Vereador Miguel Gaspar

A fim de serem prestados esclarecimentos sobre vários assuntos, onde se inclui a petição em análise, foi promovida no dia 18 de fevereiro de 2021, em sede da 138.ª reunião da 8.ª Comissão Permanente, a audição do **Vice-Presidente João Paulo Saraiva** e do **Vereador Miguel Gaspar**.

O **Vice-Presidente João Paulo Saraiva** começou por referir que, quando a questão da segurança nos campus universitários se colocou, após a morte de um jovem nas imediações da no Campo Grande, houve um conjunto de interações desenvolvidas entre a Universidade e a CML.

Informou que foi efetuada uma visita conjunta àquela zona, com a presença do **Presidente da CML, do Reitor** e equipas técnicas da Câmara e da UL.

Declarou que, no local foram estabelecidos um conjunto de cadernos de encargos para as duas equipas técnicas, para o reforço da iluminação pública dos arruamentos, quer no espaço da Cidade Universitária, quer no Polo da Ajuda.

O Vice-Presidente enumerou o ponto de situação das áreas entretanto intervencionadas na Cidade Universitária, ao nível da iluminação pública:

- a) Envolvente da Faculdade de Letras - intervenção concluída numa obra particular efetuada pela UL, ficando a gestão da iluminação pública a cargo da Câmara Municipal de Lisboa;
- b) Percurso pedonal junto à Faculdade de Psicologia – encontra-se concluída a obra de iluminação pública efetuada pela Câmara Municipal de Lisboa, aguardando-se que a EDP proceda à ligação à rede pública;
- c) Troço da Rua Professor António Flores - intervenção concluída numa obra pública a qual consistiu no reforço do número de candeeiros;
- d) Áreas pedonais junto ao edifício da Faculdade de Farmácia - projeto executado pela equipa projetista da UL; trata-se de uma obra particular de iluminação pública a levar a cabo pela UL, ficando a gestão da iluminação pública a cargo da Câmara Municipal de Lisboa;
- e) Estacionamento da envolvente da Faculdade de Direito - intervenção concluída numa obra iluminação particular de a cargo da UL; a ligação é, neste caso, à rede privada da UL, encontrando-se concluída.

Apresentou também o ponto de situação das áreas intervencionadas, ao nível da iluminação pública, no Polo da Ajuda:

- a) Rua Particular à Rua Sá Nogueira - o projeto de iluminação pública foi executado pela CML e foi inserido num projeto global de requalificação do espaço público. Consistiu num reforço substancial do número de candeeiros, que já se encontram em funcionamento.

Afirmou que, nestas intervenções, tudo o que dependia da CML foi concluído.

Referiu que foi acordado com o Comando Distrital da PSP um reforço do policiamento naquelas zonas, obviamente ajustado ao atual período de pandemia, o qual exige muito da PSP em vários outros domínios e condiciona o funcionamento da própria Universidade.

O **Vereador Miguel Gaspar**, a propósito do sistema de vigilância nos campus da UL, informou que quem identifica a prioridade e os locais do sistema de videovigilância é a PSP e, em condições normais, até seria a PSP a instalá-lo.

Declarou que, a CML já manifestou a disponibilidade e o interesse em instalar um sistema moderno de videovigilância, a funcionar em toda a cidade e não apenas no Bairro Alto.

Salientou que já foi efetuada a avaliação por parte da CNPD que, tal como prevê a lei, é emitida para o MAI. O executivo continua a aguardar autorização por parte do MAI. Disse que Santa Catarina será a primeira das zonas onde o sistema será implementado.

Apesar de o executivo não obstaculizar a extensão deste sistema ao campus da UL, informou que a PSP não hierarquizou este local relativamente a outros da cidade e, observou, é a essa entidade que compete essa hierarquização.

Questionado sobre a sua posição acerca dos *gratificados*, **O Vereador Miguel Gaspar** corroborou a posição dos deputados de que não é suposto haver pagamento de *gratificados* naquilo que é a função básica da PSP.

Salientou que, se há necessidade desse serviço público, cumpre ao estado assegurar o mesmo; declarou já ter abordado este assunto junto do Cometlis, existindo um alinhamento nesta posição.

Referindo-se ao projeto piloto da Universidade Segura, afirmou que o Cometlis, em contactos com a Universidade, terá aceitado estudar as medidas de controlo de videovigilância nos campus.

Relativamente à hipótese da criação de uma carreira de autocarros dedicada à ligação entre os vários campus da UL, avançou que a mesma será estudada pela CML, em conjunto com a Carris.

Disse não ter nenhuma objeção a que o estudo dessa linha seja efetuado. Informou que o executivo está, neste momento, a reforçar uma ligação ao Polo da Ajuda.

Referiu que, na base da racionalidade dos investimentos, deverá ser considerado que existe uma rede de transporte público naquela zona e que, qualquer oferta adicional, tem que ser posta no contexto duma rede já existente.

O Vice-Presidente João Paulo Saraiva declarou que o trabalho conjunto do executivo com a UL é um trabalho de grande intensidade.

Afirmou que muitos dos problemas, alguns já com décadas, foram resolvidos nos últimos anos e que têm sido estabelecidas parcerias em múltiplos domínios. Destacou aquelas que dizem respeito à eficiência energética, com um conjunto de estudos e projetos piloto na cidade, desenvolvidos em estreita colaboração com a Universidade.

Relativamente às docas para bicicletas da rede Gira, que se encontram inativas na Cidade Universitária, **o Vereador Miguel Gaspar** esclareceu que, com a presente pandemia, foram interrompidas as cadeias logísticas de produção, provocando uma disrupção no fornecimento de novas bicicletas. Adiantou, no entanto, que está prevista a entrega de um lote de 750 bicicletas elétricas em março e abril, o que permitirá a abertura das referidas docas.

Concluiu afirmando que, apesar dos constrangimentos, o executivo antecipou a abertura da doca localizada junto à Cantina, próxima do Hospital de Santa Maria, e que essa estação está a operar com normalidade.

III. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 8.ª Comissão Permanente e, bem assim, o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia Municipal, no qual se procederá à discussão do presente relatório e à votação das recomendações que dele constam.

IV. CONCLUSÕES

O exercício do direito de petição é uma expressão de cidadania que deve ser tomada em consideração e incentivada no sentido em que, dando voz aos munícipes, lhes permite alertar a AML para situações que os preocupam e colocar em perspetiva a procura de respostas alternativas no que respeita às questões apresentadas.

A presente petição, submetida à AML pela AAUL, expressa a apreensão dos estudantes perante o clima de insegurança que afirmam sentir nos campus universitários da Universidade de Lisboa, mais especificamente no Campus da Cidade Universitária e no Campus da Ajuda.

Os peticionários consideram que se verifica um aumento do número de crimes cometidos contra estudantes nestas duas áreas universitárias. Identificam como principais causas a insuficiente iluminação e a falta de vigilância nos campus.

Defendem a instalação de sistemas de videovigilância, o reforço da iluminação pública e uma maior presença nos espaços universitários das forças de segurança da PSP.

Na audição realizada, o **Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda** sublinhou, no entanto, que o seu conhecimento da freguesia contraria o diagnóstico apresentado na petição, não existindo, relativamente aquele Campus, relatos de crimes graves e violentos como os que são mencionados.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade** afirmou que o problema de iluminação pública, bem como a desorganização da rede de circulação pedonal, resulta de uma falta de coordenação na gestão do espaço da Cidade Universitária.

Deu nota que as situações de insegurança são provocadas por pessoas externas ao Campus que ali encontram um sítio propício a alguma criminalidade.

Na audição realizada o **Superintendente Domingues Antunes** informou que, na estrutura da PSP, existem equipas dedicadas exclusivamente ao programa **Universidade Segura**,

direcionado para a segurança da comunidade universitária, existindo um corredor de comunicação permanente entre a universidade e as forças de segurança.

Relativamente ao Polo da Ajuda, declarou que a PSP mantém uma presença permanente e assídua no Campus. Sublinhou que uma gestão urbanística eficaz tem reflexos evidentes nas questões de segurança da cidade.

Salientou a importância da videovigilância como instrumento de prevenção criminal, permitindo uma melhor gestão dos recursos públicos. Reconheceu, no entanto, a falta de celeridade do processo de autorização do sistema na Cidade Universitária.

Em sede de audição, o **Reitor, Professor Manuel da Cruz Serra**, informou que a UL investe cerca de 5 milhões de euros por ano em contratação pública relacionada com a segurança.

Expressou a sua incompreensão pela delonga, por parte do MAI, na autorização do sistema de videovigilância proposto para o Campus da Cidade Universitária. Declarou considerar importante que a Câmara Municipal de Lisboa proceda à instalação deste sistema no Jardim do Campo Grande dando continuidade a esta rede de proteção, no exterior do Campus.

Apoiou a criação de uma carreira da Carris na Cidade Universitária, afirmando que seria importante que essa linha estabelecesse também a ligação entre os diferentes campus da UL.

Na audição efetuada, o **Vice-Presidente João Paulo Saraiva** comunicou que elementos do executivo, na companhia do **Reitor** da Universidade de Lisboa, efetuaram uma visita à Cidade Universitária, ficando definidas quais as intervenções a executar para o reforço da iluminação pública, quer no espaço da Cidade Universitária, quer no Polo da Ajuda.

Sublinhou que, destas intervenções, se encontra concluído tudo o que dependia da Câmara Municipal de Lisboa. Informou ainda que foi acordado com o Comando Distrital da PSP um reforço do policiamento nos campus.

O **Vereador Miguel Gaspar** anunciou que o executivo aguarda para breve a viabilização por parte do Ministério da Administração Interna para instalação do sistema de videovigilância, nas várias zonas da cidade identificadas. Alertou, porém, para o facto de, nesta fase, ainda não se encontrar agendada a instalação do mesmo na zona do Campo Grande.

Afirmou que será estudada pela Câmara Municipal de Lisboa, em conjunto com a Carris, a proposta de implementação de uma carreira de autocarros dedicada à ligação entre os vários campus da Universidade de Lisboa.

Face a tudo quanto fica exposto, o relatório está em condições de ser discutido e as suas recomendações em condições de serem votadas em plenário.

V. RECOMENDAÇÕES

Em face do exposto, recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. Diligencie para que, com celeridade, seja viabilizado e implementado um sistema de videovigilância na zona do Campo Grande, dando continuidade à rede de videovigilância a instalar no Campus da Cidade Universitária;
2. Diligencie no sentido de reforçar o policiamento de proximidade na Cidade Universitária
3. Proceda ao reforço da iluminação pública, nas zonas dos campus identificadas pelos peticionários e pelo Reitor da Universidade de Lisboa, e à melhoria da adequação dos espaços públicos;
4. Equacione, em conjunto com a Carris, a possibilidade da criação de carreiras de autocarros que circulem internamente nos campus universitários e que estabeleçam a ligação entre os vários campus de Lisboa;
5. Seja dado conhecimento, aos peticionários e à Assembleia Municipal de Lisboa, da evolução do processo de implementação das medidas de segurança preconizadas nesta petição para os campus universitários, ao nível da videovigilância, da iluminação pública e da adequação dos espaços públicos.

O Deputado Municipal Relator não considerou necessária a junção de anexos ao presente relatório.

Este Relatório foi aprovado por unanimidade de todas as forças políticas presentes e representadas na 8.ª Comissão Permanente.

As recomendações foram votadas por pontos com a seguinte votação:

O **Ponto 1** foi aprovado por maioria, com os votos contra do PCP, do BE, do PEV e da Deputada Independente Patrícia Gonçalves e a abstenção do PAN;

Os **Pontos 2, 3 e 4** foram aprovados por unanimidade;

O **Ponto 5** foi aprovado por maioria, com a abstenção do PEV.

Lisboa, 25 de março de 2021

O Presidente da 8.ª Comissão,

António Prôa

O Deputado Relator,

João Valente Pires